

Trabalho e orientação profissional e de carreira em tempos de pandemia: reflexões para o futuro

Marcelo Afonso Ribeiro¹

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

O mundo social e do trabalho trilhava um caminho baseado na proposta neoliberal de restrição do controle do Estado, flexibilização das relações de trabalho e meritocracia como critério de ascensão social e no trabalho, resultando numa individualização da vida com consequente responsabilização pessoal pela construção de si no mundo, incluindo garantia de segurança, renda e proteção social (Blustein, 2019). Dentro deste contexto e pautado numa tradição construída ao longo do tempo, o campo da orientação profissional e de carreira (OPC) consolidou suas pesquisas e práticas fundamentado nas concepções de liberdade de escolha e estratégias de adaptação ao mundo social e do trabalho em sintonia com o movimento de individualização da vida. O foco é a pessoa e sua capacidade de fazer escolhas e transições, construindo sua carreira (Blustein, Masdonati, & Rossier, 2017). Com base na literatura nacional e internacional, em Ribeiro (2018a, p. 7-8), sistematizei uma síntese das transformações demandadas ao campo da OPC, a saber:

- “1) Incorporação de novas epistemes em sintonia com os avanços no campo da ciência.
- 2) Contextualização das teorias e práticas.
- 3) Enfrentamento da flexibilização, individualização e precarização do mundo do trabalho e das carreiras para atender às demandas sociais e de trabalho contemporâneas de forma socialmente justa.
- 4) Ampliação e diversificação do público atendido.
- 5) Incorporação de projetos de transformação social em suas práticas, como Frank Parsons propôs inicialmente.”

Estas mudanças vinham sendo realizadas de forma pontual e lenta e, sem querer esgotar todas as propostas já apresentadas, cito a teoria da psicologia do trabalhar (Blustein, Kenny, Autin, & Duffy, 2019; Duffy, Blustein, Diemer, & Autin, 2016), a perspectiva da orientação profissional e justiça social (Hooley, Sultana, & Thomsen,

2017, 2019), a orientação profissional crítica (Rascován, 2005, 2017), e a abordagem sócio-histórica (Bock, 2002, 2010), bem como algumas publicações próprias pautadas na interculturalidade (Ribeiro, 2016, 2018a, 2018b; Ribeiro & Almeida, 2019; Silva, Paiva, & Ribeiro, 2016).

O início de 2020 marca a consolidação da pandemia do coronavírus, que provocou a quarentena, distanciamento social e isolamento social como estratégias de controle da contaminação e proliferação da doença, questionando ou quase que impossibilitando modelos focados em saídas individualizadas para a vida para todos os estratos sociais, além de deixar claro o quanto o suporte estatal é vital para manutenção da vida das pessoas, o que questiona o modelo neoliberal de sociedade e de trabalho. A pandemia colocou em xeque duas dimensões centrais da vida: os projetos de vida e os projetos de trabalho de todos/as, sem exceção, estão sendo interpelados radicalmente.

Pretendo fazer uma breve e inacabada discussão deste fenômeno em curso, buscando analisar quais as reflexões para o futuro que a situação da pandemia potencializa para repensar as teorias e práticas do campo da OPC e, para tal, elegi cinco eixos centrais para a discussão: (a) individualização da vida, (b) aceitação do normal instituído, (c) ideias excludentes de liberdade de escolha e autonomia, (d) pouca reflexão sobre o que é trabalhar, e (e) uniformização e normatização do campo.

Individualização da vida

Um primeiro ponto é a individualização da vida e o foco exclusivo na dimensão subjetiva/ psicológica das pessoas como estratégia de compreensão das demandas dos/as orientandos/as e no planejamento da intervenção a ser realizada visando auxiliar nos processos de construção identitária e da carreira. Isto redonda na ideia da carreira individual ou na visão do/a trabalhador/a como empreendedor/a de seu próprio trabalho e de si mesmo/a (*self-made man/woman*).

¹ Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Av. Prof. Mello Moraes, 1721 São Paulo-SP, CEP 05508-030, Brasil (Telefone +55-11-3091-1968).
E-mail: marcelopsi@usp.br

Esta colocação nos traz um questionamento imediato: quem pode individualizar a construção de sua vida? Segundo Castel (2009), há duas grandes posições na sociedade atual: *grupos pelo excesso*, constituído pelas pessoas com melhores condições materiais, sociais e culturais de vida, gerando para si as melhores oportunidades de educação e trabalho; e *grupos pela falta*, constituído pelas pessoas com falta de suportes, proteções e recursos, não por uma deficiência pessoal, mas por limites e impossibilidades sociais e culturais. Os/as primeiros/as conseguem individualizar a vida e se sentem autônomos/as e independentes, sendo “senhor de seus empreendimentos, perseguidor de seus interesses e desafiador de todas as formas coletivas de enquadramento” (Castel, 1999, p. 596-597), embora permaneçam socialmente desprotegidos/as – são os/as *empreendedores/as*, que definem a individualização como flexibilização da regulação social e, portanto, com maior liberdade para realizar seus projetos numa afirmação de si sobre o social. Os/as segundos/as necessitam da regulação e do suporte social como única forma de viver e, quando têm que se virar por conta própria, levam uma vida de precarização permanente, em geral, como trabalhadores/as informais. Para eles/as, a flexibilização é sinônimo de precarização, obviamente em níveis distintos dependendo das características, da situação e da trajetória de cada pessoa.

Por conta disto, focar na pessoa requer cuidados, pois demandar individualização da vida em contextos de desigualdade social pode ser opressor, como apontam Hooley, Sultana e Thomsen (2017, 2019). Estamos fazendo isto na OPC? Quando levamos em conta a singularidade do/a outro/a e auxiliamos na construção da vida de trabalho a partir das referências do/a próprio/a orientando/a, não, mas quando utilizamos estratégias de auxílio a adaptação para pessoas que não conseguem se adaptar, estamos sendo opressores/as com nossas práticas.

Aceitação do normal instituído

Hooley, Sultana e Thomsen (2017, 2019) nos recomendam que questionar o normal instituído é tarefa básica para a OPC, afinal, se o normal foi instituído, significa que ele pode ser reinstituído. A pandemia tem gerado um falso dilema entre pensar primeiro na economia e depois na saúde das pessoas, ou vice-versa, mas não existe economia sem saúde e saúde sem economia e a economia deveria somente existir para auxiliar o bem-estar das pessoas, e não o inverso, ou seja, a ideia de que as pessoas devem se sacrificar em prol da economia, que parece ser o discurso normatizador vigente. Por que o desenvolvimento econômico se mostra como um discurso mais poderoso do que o discurso do desenvolvimento social?

Estou de acordo com o pressuposto de não há desenvolvimento social possível sem desenvolvimento econômico no sistema capitalista, mas, devemos acrescentar que, igualmente, sem desenvolvimento social, o

desenvolvimento econômico não se sustenta. Isto nos leva a concluir que as pessoas deveriam ser sempre o fim de qualquer ação, por isso que, no contexto da pandemia, a garantia da saúde deve vir em primeiro lugar, associada a ações de garantia de renda mínima para todos/as. Aqui as políticas neoliberais e a lógica do empreendedorismo falham em contextos de desigualdade social, como a realidade brasileira, e impedem a maioria das pessoas de ter um vida de trabalho decente e digna. Lembremos que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), 12,2% da população no Brasil está desempregada e 40,7% está na informalidade, o que representa mais da metade da PEA (População Economicamente Ativa) sem condições de viver dignamente por conta própria ou, no mínimo, com condições restritas de uma vida cotidiana com algum conforto e com possibilidade de ascensão social.

Neste ponto, o nosso trabalho como orientadores/as se constitui num *locus* privilegiado de construção de um novo normal ao questionar o normal vigente, evitando o foco no auxílio à adaptação e propondo estratégias que possibilitem desafiar e transcender os mecanismos dominantes neoliberais pela construção da consciência crítica de situação social de cada orientando/a, ou seja, seu lugar nas relações sociais de poder para que ele/a em ação de cooperação com sua comunidade de referência possa analisar possibilidades e criar estratégias de transcendência do lugar a si destinado/a conforme diz o normal vigente. Isto nos leva a questionar: quem pode fazer escolhas? E introduz o próximo eixo de discussão.

Ideias excludentes de liberdade de escolha e autonomia

Quem pode escolher? Quem pode ser autônomo/a? Blustein (2019) versa que a possibilidade de ser autônomo/a é inversamente proporcional à desigualdade social do contexto onde se vive, ou seja, quanto maior a desigualdade social, menor a chance de ser autônomo/a, o que reintroduz a problemática do discurso único do/a empreendedor/a como modelo genérico para falta de geração de empregos do sistema capitalista atual. Duffy et al. (2016) nomeiam a autonomia como autodeterminação e a definem como capacidade de assegurar controle, fazer escolhas e planejar a vida por meio das relações com os contextos e com os/as outros/as, sendo o trabalhar atividade básica para tal. Retomo a questão inicial: quem pode ser autônomo/a? Pessoas com capital social e econômico suficiente para tal, como diria Bourdieu (2002/1971), os *grupos por excesso* definidos por Castel (2009), que são a minoria na realidade brasileira.

Pensando na OPC, em primeiro lugar, temos que nos dar conta desta realidade de falta de autonomia da grande maioria no Brasil e, sem segundo lugar, tentar ampliar as possibilidades de ser autônomos/as de todos/as, mas embasados/as na realidade de cada um/a, não a partir de

projetos uniformes elaborados sem levar em conta o contexto de vida das pessoas. Novamente, sem ingenuidades (ou artimanhas) neoliberais de que qualquer um/a consegue realizar o que quiser na vida se se esforçar, mas com fomento da consciência crítica e visando oportunidades de transcendência socioeconômica.

Pouca reflexão sobre o que é trabalhar

A OPC, tradicionalmente, tem discutido muito o que a pessoa gostaria de fazer no futuro, mas pouco sobre a finalidade, a centralidade, as expectativas, as condições, os impactos do meu futuro trabalho na sociedade, e o lugar que estaria destinado às pessoas no mundo do trabalho em função da sua posição socioeconômica e cultural (lugar que a pessoa ocupa nas relações de poder na sociedade e qual a chance de transcendê-lo, como já apontado). Acredito que a OPC deveria tomar como central e incluir a discussão do que é trabalhar em suas intervenções, buscando como resultado da OPC a possibilidade de construir trajetórias de trabalho decente e um lugar no mundo por meio de um trabalho significativo, sendo que a própria pessoa em diálogo com o orientador/a e sua comunidade de referência definiria o que seria um trabalho significativo e decente. Santos (2009) nomeia este processo de diálogo intercultural.

Uniformização e normatização do campo

E, finalmente, buscar evitar ao máximo tomar como pressupostos inquestionáveis alguns discursos sociais dominantes e uniformes, entre eles, empreendedorismo, flexibilização, multifuncionalidade, adaptação e saídas individualizadas, pois ser dominante, não significa que é o melhor para todos/as, e a pandemia tem mostrado diariamente isto. Aqueles/as com baixo acesso a recursos e suportes sociais que têm recorrido a estratégias coletivas, têm, ao menos, conseguido garantir a sobrevivência. Relativizar o poder individual, sem ignorá-lo, e maximizar o poder comunitário e da cooperação parecem ser saídas relevantes e factíveis para a maioria das pessoas no Brasil.

Considerações finais

Para encerrar, três reflexões são importantes. Em primeiro lugar, em contextos onde os suportes sociais, as políticas públicas e o Estado são praticamente ausentes, a OPC não pode ficar esperando as pessoas buscarem auxílio porque elas não chegarão, nem pode ficar aguardando que políticas públicas sejam construídas, nem pode investir

em estratégias que funcionam para os *grupos em excesso* como, por exemplo, ampliar as estratégias de intervenção on-line, pois grande parte das pessoas não terá acesso de qualidade à Internet. Se quisermos incluir todos/as, as organizações e movimento sociais, identitários e comunitários, são o suporte social possível para uma boa parte das pessoas no Brasil, e dos recursos de que dispõem, e a OPC deve fazer alianças e projetos dentro desta lógica. Tudo isto não significa dizer que vamos abandonar nossas estratégias tradicionais e substituir modelos vigentes pelos aqui propostos. A ideia é de ampliação, não de substituição, pois parte das pessoas consegue se beneficiar das estratégias que a OPC já tem à sua disposição. A proposta é ampliar para poder auxiliar um número cada vez maior de pessoas na construção de seu futuro de trabalho.

Em segundo lugar, inspirado em Guichard (2012), incorporar um dilema ético nas intervenções em OPC, convidando todos/as a pensar na “percepção do preço para a humanidade de nossas conquistas pessoais”. Este questionamento ético-político que também não pode ser individualizado, pois muitos/as estão vivendo um dilema ético diante da pandemia num claro exemplo de que a decisão de não trabalhar, não é uma decisão simples, nem exclusivamente pessoal pela falta de autonomia da maioria: ficar em casa, distanciando-se socialmente, sem trabalhar e com possibilidade de não ter o mínimo de recursos para sobrevivência, mas evitando a disseminação do coronavírus, ou sair de casa para trabalhar e se expor ao risco de se contaminar e contaminar os/as demais para poder sobreviver?

E, por fim, como orientadores/as devemos pensar com quem desejamos trabalhar e como faremos isto e há duas possibilidades, sendo ambas legítimas. Se optarmos por trabalhar com pessoas dos *grupos por excesso*, podemos seguir utilizando nossas estratégias tradicionais em OPC com reconstruções diante do “novo” normal que irá se impor; entretanto, se escolhermos trabalhar com pessoas dos *grupos pela falta*, teremos que levar em conta as reflexões aqui realizadas somadas com tantas outras que não foram contempladas nesta breve reflexão inacabada, como anunciei no início. Por exemplo, defendendo que “a concepção de carreira (deve ser) estendida para toda e qualquer trajetória legitimada de trabalho” (Ribeiro, 2014, p. 73).

Agora, temos que aproveitar a brecha gerada na sociedade pela pandemia e buscar recriar o normal, ampliando a oferta de OPC para todos/as, preferencialmente, de forma contextualizada e em diálogo permanente com todos/as, retomando o projeto inicial da OPC como estratégia de transformação social proposto por Frank Parsons do início do século passado.

Referências

- Blustein, D. L. (2019). *The importance of work in an age of uncertainty: The eroding work experience in America*. Oxford, UK: Oxford University Press.

- Blustein, D. L., Kenny, M. E., Autin, K., & Duffy, R. (2019). The psychology of working in practice: A theory of change for a new era. *Career Development Quarterly*, 67(3), 236-254. <https://doi.org/10.1002/cdq.12193>
- Blustein, D., Masdonati, J., & Rossier, J. (2017). *Psychology and the International Labor Organization: The role of psychology in the decent work agenda*. Retrieved from www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---.../wcms_561013.pdf
- Bock, S. D. (2002). *Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica*. São Paulo, SP: Cortez.
- Bock, S. D. (2010). *Orientação profissional para classes pobres*. São Paulo, SP: Cortez.
- Bourdieu, P. (2002/1971). *Esboço de uma teoria da prática*. Lisboa: Celta.
- Castel, R. (1999). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (2a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castel, R. (2009). *La montée des incertitudes: travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Seuil.
- Duffy, R. D., Blustein, D. L., Diemer, M. A., & Autin, K. L. (2016). The Psychology of Working Theory. *Journal of Counseling Psychology*, 63(2), 127-148. <https://doi.org/10.1037/cou0000140>
- Guichard, J. (2012). Quais os desafios para o aconselhamento em orientação no início do século 21? *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(2), 139-152. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902012000200002&lng=pt&tlang=pt
- Hooley, T., Sultana, R. G., & Thomsen, R. (Eds.). (2017). *Career guidance for social justice: Contesting neoliberalism*. Abingdon, UK: Routledge.
- Hooley, T., Sultana, R. G., & Thomsen, R. (Eds.). (2019). *Career guidance for emancipation: Reclaiming justice for the multitude*. Abingdon, UK: Routledge.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). *Indicadores IBGE: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Rascován, S. E. (2005). *Orientación vocacional: una perspectiva crítica*. Buenos Aires: Paidós.
- Rascován, S. E. (2017). *Orientación vocacional con sujetos vulnerabilizados: experiencias sociocomunitarias en los bordes*. Buenos Aires: Noveduc.
- Ribeiro, M. A. (2014). *Carreiras: um novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado*. Curitiba, PR: Juruá.
- Ribeiro, M. A. (2016). Career counseling for people in psychosocial situations of vulnerability and flexicurity: A social constructionist proposal. In T. V. Martin (Ed.), *Career development: Theories, practices and challenges* (pp. 79-110). New York, NY: Nova.
- Ribeiro, M. A. (2018a). Comprensiones híbridas y diálogo intercultural: dos principios básicos para la construcción de propuestas contextualizadas en orientación y asesoramiento para la carrera. *Revista Mexicana de Orientación Educativa*, 15(34), 1-21. <https://doi.org/10.31206/rmde032018>
- Ribeiro, M. A. (2018b). Towards diversified ways to promote decent working trajectories: A life and career design proposal for informal workers. In V. Cohen-Scali, J. Pouyaud, M. Podgórný, V. Drabik-Podgórná, G. Aisenson, J.-L. Bernaud, I. Abdou Moumoula, & J. Guichard (Eds.), *Interventions in career design and education: Transformation for sustainable development and decent work* (pp. 180-201). New York, NY: Springer.
- Ribeiro, M. A., & Almeida, M. C. C. G. (2019). A socio-constructionist career counseling model grounded in the intersectionality of gender, class and race/ethnicity. In J. G. Maree (Ed.), *Handbook of innovative career counselling* (pp. 597-613). New York, NY: Springer.
- Santos, B. S. (2009). Para além do pensamento abissal. In B. S. Santos & M. P. Menezes (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23-71). Coimbra: Almedina.
- Silva, F. F., Paiva, V., & Ribeiro, M. A. (2016). Career construction and reduction of psychosocial vulnerability: Intercultural career guidance based on Southern epistemologies. *Journal of the National Institute for Career Education and Counselling*, 36, 46-53. <https://doi.org/10.20856/jniecec.3606>

Recebido: 05/2020

Aceito: 06/2020

Sobre o autor:

Marcelo Afonso Ribeiro é Doutor e livre docente em psicologia social, atualmente docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

<http://orcid.org/0000-0002-0396-7693>